



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - SJRJ Nº 1522212

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

01. Identificadores e Objeto

ID da Programação: 119 e 171

Objeto: Ata de Registro de Preços, com validade de 12 meses, para execução de serviço de vacinação, com aplicação/gesto vacinal e fornecimento de até 2200 (duas mil e duzentas) doses de vacinas contra gripe (cepas para 2026), na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

02. Descrição da Necessidade da Contratação

A campanha anual de vacinação contra gripe é necessária, pois vem contribuindo, ao longo dos anos, para a prevenção desta doença em magistrados, servidores, estagiários e colaboradores e, por conseguinte, redução do absenteísmo. Desta forma, é de suma importância que haja anualmente a continuidade das ações de imunização que abarquem todo o quadro pessoal da SJRJ, de forma a diminuir a circulação no ambiente de trabalho dos principais vírus causadores da doença. A vacinação é a estratégia mais eficiente disponível para prevenção contra a gripe atualmente.

03. Requisitos da Contratação

Tabela 3.1 - Definição dos Requisitos Técnicos e Justificativa dos Requisitos

Requisitos Técnicos	Justificativa
Fornecimento de vacinas Vacina contra gripe Trivalente ou Quadrivalente cepa 2026, aprovada pela ANVISA.	Instrução Normativa ANVISA nº 408, de 24 de novembro de 2025, publicada no D.O.U. em 25 de novembro de 2025, Seção I - Dispões sobre a composição das vacinas influenza sazonais a serem utilizadas no Brasil em 2026.
Gesto vacinal (serviço de aplicação) conforme diretrizes do Ministério da Saúde.	Cumprimento das recomendações técnicas contidas na RDC ANVISA nº 197 de 26 de dezembro de 2017.
Transporte e armazenamento das vacinas de acordo com normas vigentes.	Cumprimento das recomendações do Ministério da Saúde (Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações) e informações do fabricante.
Fornecimento do produto em seringas unidoses (seringa já preenchida com uma dose + agulha para aplicação).	Evitar manipulações recorrentes do imunizante, facilitar o transporte, garantir aplicação da dose correta, facilitar o controle de doses utilizadas e agilizar o procedimento de aplicação, minimizando o risco de iatrogenias.
<p>Observações:</p>	

Tabela 3.2 - Definição dos Requisitos Normativos e Identificação do Normativo

Requisitos Normativos	Identificação do Normativo
Em caso de fabricante ou distribuidora de vacinas, a licitante deverá possuir AFE (Autorização de Funcionamento de Empresa) válida.	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC/ANVISA nº 16, de 01 de abril de 2014.
<p>Em caso de clínica de vacinação, deverá apresentar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Licença Sanitária válida, em nome da Licitante, com liberação específica para atuar na atividade de vacinação, emitida por órgão competente da Vigilância Sanitária; • Autorização, em nome da Licitante, válida e emitida pelo órgão competente de Vigilância Sanitária para aplicação de vacina fora do endereço (extramuro) constante da respectiva licença. 	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC/ANVISA nº 197, de 26 de dezembro de 2017.
<p>Observações:</p>	

04. Estimativa das Quantidades para a Contratação

4.1 Contrato não Continuado/Pronta Entrega/RP

4.1.1 Critérios de Dimensionamento:

De acordo com o quadro de pessoal da JFRJ (magistrados, servidores, colaboradores e estagiários) e estatísticas de vacinação das campanhas anteriores.

4.1.2 Quantidades:

- Até 2200 (duas mil e duzentas) doses de vacina contra gripe.
- Até 2200 (duas mil e duzentas) aplicações da vacina.

05. Levantamento de Mercado e Estimativas de Valor

5.1 Levantamento de Soluções Adotadas por Outros Órgãos Públicos/Instituições (Preferencialmente no Poder Judiciário Federal)

Tabela 5.1 - Soluções de Outros Órgãos, Fonte de Pesquisa e Valor Unitário ou Mensal Contratado

Soluções de outros órgãos	Fonte de pesquisa	Valor unitário ou mensal contratado
TRF - 2ª REGIÃO: contratação de empresa, através de Ata de Registro de Preços, para prestação do serviço de fornecimento e aplicação de vacinas contra a gripe de Vírus Influenza H1N1 e Sazonal, com a composição preconizada pela OMS – Organização Mundial de Saúde e referendada pelo Ministério da Saúde através da INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN N° 408, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025 da Anvisa, para uso no ano de 2026.	Processo para contratação nº 0025574-15.2025.4.02.8000	R\$ 67,00 a dose unitária (vacina quadrivalente) + R\$ 4.900,00 (10 dias de campanha com 2 profissionais) ou R\$ 59,00 a dose unitária (vacina trivalente) + R\$ 4.900,00 (10 dias de campanha com 2 profissionais)

Observações:

5.2 Levantamento de Alternativas Existentes no Mercado

Tabela 5.2 - Soluções Disponíveis no Mercado, Fonte de Pesquisa e Valor Unitário ou Mensal Contratado

Soluções disponíveis no mercado	Fonte de Pesquisa	Valor Unitário ou Mensal
Não houve.		

Observações:

06. Descrição da Solução

A contratação é necessária, pois os imunobiológicos precisam ser adquiridos todos os anos devido a atualização das cepas, conforme item 3.1, uma vez que a composição das vacinas sofre alteração de acordo com os vírus mais incidentes no ano anterior. Além disso, a SESAU não possui licença sanitária para aplicar, transportar e armazenar vacinas, conforme legislações pertinentes.

Através da contratação em estudo, é possível garantir a segurança, qualidade e agilidade no fornecimento e aplicação das doses de vacina contra gripe 2026, pois a responsabilidade por toda a cadeia de conservação, distribuição e aplicação do imunizante e destinação dos resíduos (lixo hospitalar) cabe à empresa especializada e devidamente licenciada pelas autoridades sanitárias competentes.

6.1 Ciclo de Vida: Menos de 1 ano

6.1.1 Caráter da Despesa deste Objeto: Temporário

Pagamento Integral dentro do Exercício: Sim

Necessidade de Formação de Lote por Motivos Técnicos: Não

Necessidade Técnica de Indicação de Marcas/Fabricantes Específicos: Não

Necessidade de Alocação de Mão de Obra em Caso de Serviço: Não

07. Demonstrativos dos Resultados Esperados

Pretende-se superar o quantitativo de vacinados do exercício anterior (2025), no qual foram aplicadas 518 (quinhentas e dezoito) doses.

O número reduzido de vacinados naquele ano justifica-se pelo fato de que, embora tenham sido realizadas diversas ações de planejamento e acompanhamento contratual, a contratação não logrou êxito em razão do desabastecimento da vacina no mercado nacional. Como medida alternativa, foram estabelecidas parcerias com as Secretarias Municipais de Saúde, o que possibilitou a realização da campanha de vacinação na capital e em algumas Subseções Judiciárias.

Registre-se que a escassez verificada em 2025 decorreu de problemas pontuais de produção e envasamento por parte dos fabricantes, situação que vem sendo superada.

Ressalte-se, ainda, que os fornecedores e os entes governamentais têm adotado medidas de planejamento mais eficazes, com vistas à regularização do abastecimento, de modo que não se vislumbra a repetição do cenário anteriormente enfrentado.

Diante da organização e do planejamento adotados pela SESA, pretende-se promover a imunização de magistrados, servidores, trabalhadores terceirizados e estagiários contra o vírus da influenza, contribuindo para a redução dos índices de absenteísmo e para a prevenção de afastamentos decorrentes de doenças respiratórias, com reflexos positivos na manutenção da força de trabalho.

08. Justificativa para o Parcelamento ou Não da Contratação

Por se tratar da aplicação de doses de vacina em diferentes datas, cidades e prédios, a contratada deverá fornecer as doses de forma paulatina, de acordo com a estimativa de cada subseção e dos prédios da capital, conforme cronograma a ser fornecido pela SESA, observadas as condições ideais de armazenamento e transporte. Isso porque a SESA não atende aos requisitos mínimos para funcionamento como serviço de vacinação, nos termos da RDC Anvisa nº 197, de 26 de dezembro de 2017, o que torna imperioso que o transporte, o armazenamento e a aplicação das doses sejam realizados exclusivamente por empresa devidamente licenciada pela autoridade sanitária competente, diretamente no local de aplicação, seja na capital, seja nas subseções.

A modalidade de registro de preços indicada para essa contratação se justifica por se tratar de aplicação de doses de vacina, de cunho voluntário. Com isso, há uma significativa dificuldade em prever o quantitativo a ser utilizado, já que nem todos magistrados, servidores, estagiários e terceirizados realizam a vacinação. Por fim, o aumento da adesão ao trabalho remoto e híbrido contribuem ainda mais para a imprevisibilidade de comparecimento do público alvo aos prédios da SJRJ para o recebimento da dose.

Cabe ressaltar que NÃO está indicada a formação de lotes por motivos técnicos como forma de garantir a segurança, qualidade e agilidade no fornecimento e aplicação das doses, pois dessa forma, a responsabilidade por toda a cadeia de conservação, distribuição e aplicação das doses caberá a mesma empresa responsável, mesmo que indiretamente, através da subcontratação do serviço de aplicação.

09. Providências a serem tomadas pela Administração previamente à Celebração do Contrato

9.1 Necessidade de Oitiva das Áreas Envolvidas: Não

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratação apartada que se correlacione ou haja interdependência. No entanto, para a execução do objeto contratual, a empresa contratada poderá subcontratar apenas o gesto vacinal (aplicação das vacinas), conforme tem sido praticado ao longo dos anos de campanha de vacinação contra a Gripe. Essa eventual subcontratação não eximirá a contratada das responsabilidades e exigências definidas em Termo de Referência e no instrumento editalício.

11. Critérios de Sustentabilidade

A contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica quanto ao gerenciamento adequado dos resíduos de serviços de saúde, à destinação ambientalmente correta dos materiais utilizados, ao cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, bem como à adoção de práticas que promovam a eficiência, a economicidade e a mitigação de riscos na execução do objeto.

12. Impactos Ambientais

A contratação gera impactos ambientais associados, principalmente, à geração de resíduos de serviços de saúde, ao consumo de materiais descartáveis, à logística de transporte e ao uso de energia para a manutenção da cadeia de frio. Tais impactos são considerados controláveis e mitigáveis, desde que observadas as normas sanitárias e ambientais vigentes, notadamente quanto ao gerenciamento adequado dos resíduos, à destinação final ambientalmente correta e à adoção de práticas de eficiência logística.

Registre-se que há geração de resíduos perfurocortantes e de lixo hospitalar durante a execução do objeto. Contudo, será previsto contratualmente que a empresa contratada seja responsável pela disponibilização de caixas coletoras apropriadas, bem como pela retirada diária desses materiais para tratamento e destinação final ambientalmente adequados, em conformidade com a RDC ANVISA nº 222, de 28 de março de 2018, que dispõe sobre as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde.

Ressalte-se, ainda, a existência de impactos ambientais positivos indiretos decorrentes da prevenção de doenças, com redução da demanda por atendimentos assistenciais e diminuição de deslocamentos para serviços de saúde, contribuindo, inclusive, para a redução de emissões associadas.

0002404-11.2025.4.02.8001

14. Parecer Conclusivo sobre a Viabilidade da Contratação

Conclui-se que a contratação é viável, uma vez que há mercado fornecedor capaz de atender à demanda, tratando-se de serviço executado ao longo dos anos e com previsão orçamentária assegurada.

Ademais, a contratação configura-se como a estratégia mais eficaz para garantir, de forma anual, a realização da campanha de vacinação contra a gripe, contemplando magistrados, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados, tanto das Subseções Judiciárias quanto da Capital.

Destaca-se, ainda, que a contratação não gera impacto ambiental significativo, sendo os efeitos decorrentes devidamente mitigáveis, além de representar relevante ação institucional de promoção da saúde, com potencial de redução do absenteísmo relacionado à doença.

De acordo. Encaminho este formulário para apreciação.



Documento assinado eletronicamente por **NATÁLIA LACERDA ELIAS**, **Supervisora**, em 26/01/2026, às 14:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA DA SILVA CORREIA MARTINS**, **Técnica Judiciária/Enfermagem**, em 26/01/2026, às 14:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#) informando o código verificador **1522212** e o código CRC **66C0EBD8**.